

Direitos humanos: um balanço negativo

10 DEZ 1996

JOSE GENOINO

Nestê dia 10 de dezembro se comemora em todo o mundo mais uma vez a Proclamação dos Direitos Humanos. O pensador político italiano Norberto Bobbio, em seu livro "A era dos direitos", registra com pertinência que o problema hoje não se trata tanto da discussão sobre os fundamentos dos direitos ou de seu reconhecimento, mas de sua efetiva garantia. Com efeito, a grande maioria dos países do mundo garante os direitos fundamentais básicos em suas cartas constitucionais e em suas normas jurídicas. Mas existe, em todos eles, um verdadeiro abismo entre o reconhecimento dos direitos e sua garantia. Embora existam ainda muitos problemas nas áreas das liberdades e garantias individuais e também na esfera das várias formas de discriminação, é no terreno social onde os direitos humanos estão sendo mais agredidos.

A fome, a miséria, a exclusão social, a falta de condições básicas de uma vida humana digna e a falta de oportunidades equânimes — tragédias existenciais que atingem mais de um bilhão de seres humanos — são um retrato espantoso e horrendo de que neste final de século XX, apesar dos avanços no conhecimento e na tecnologia, vivemos um retrocesso civilizatório. O mundo do individualismo exacerbado e selvagem aposta uma corrida na qual interessa chegar primeiro, mesmo que isto represente o atropelamento de mais de um terço da Humanidade. Os valores humanísticos que inspiraram a civilização clássica do mundo antigo, que inspiraram o Renascimento, que impulsionaram o surgimento das democracias modernas e fundamentaram a Proclamação dos Direitos do Homem pela Assembléia da ONU em 1948 parece que estão sendo substituídos pelos paradigmas da competição, do egoísmo e da indiferença para com o sofrimento humano e para com o destino da Humanidade.

No Brasil, em que pese o esforço do Governo em tentar melhorar a situação dos direitos humanos, o inventário da garantia dos mesmos é extremamente negativo. Na verdade, ocupamos um dos piores lugares do mundo e o país vem sofrendo constantes condenações nos fóruns internacionais. O ano de 1996 foi particularmente desastroso. O Estado constitui-se no principal detratador dos direitos humanos, seja pela sua negligência em várias áreas seja pela sua prática de violar ativamente uma série de direitos. O caso do massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, Pará, é emblemático e alvo de críticas internacionais. Primeiro, o Estado agiu criminosamente contra os trabalhadores, depois a Justiça se omite e garante a impunidade dos assassinos e dos responsáveis. Mas a falta de ação e de fiscalização do Estado têm semeado mortes e tragédias ao longo de todo o ano. Basta lembrar as tragédias na área da saúde com a morte de crianças, de idosos e de doentes vitimados por contaminações hospitalares. A causa dessas desgraças é a irresponsabilidade e a omissão do Estado, que não fiscaliza e não garante o direito à vida das pessoas.

É preciso entender que direitos humanos não são apenas os direitos políticos, as garantias individuais ou os chamados direitos de liberdade. Um amplo rol de direitos sociais compõe os direitos humanos. É nesta área que o Governo e o Estado vêm se mostrando incapazes de agir. Quando não é garantida a segurança das pessoas contra o crime organizado ou o narcotráfico são direitos dos cidadãos que estão sendo violados. Quando a violência policial atinge vítimas inocentes nas favelas ou age pela tortura para arrancar confissões, como foi o caso dos primeiros detidos acusados pelo crime do Bar Bodega (SP), é o próprio Estado que patrocina a violação dos direitos humanos. Quando as crianças ou os idosos não têm uma vida digna garantida ou quando há um sistema social que não garante a dignidade dos desempregados ou dos menos favorecidos acumulam-se fatos que mostram o atraso de nossa sociedade em termos de direitos.

A ineficiência e a morosidade da Justiça é outra grande fonte de violação dos direitos humanos. Sem uma Justiça que funcione e que garanta o princípio da igualdade perante a lei, sequer ingressamos num sistema democrático, pressuposto básico da garantia dos direitos humanos. No Brasil, a violação dos direitos de cidadania, a exclusão social, a existência de um aparato estatal e policial que está a serviço dos mais ricos e que se volta contra os mais pobres são fatores que representam uma situação de fato que anula o Estado de direito formal. A grande revolução que o Brasil precisa fazer é diminuir a distância entre o Estado de direito formal e os direitos reais dos cidadãos. Sem a consecução desse movimento, que implica na realização de tarefas enormes e na superação de desafios imensos, as portas do século XXI não se abrirão para o Brasil pela entrada da civilização.

JOSE GENOINO é deputado federal pelo PT de São Paulo.